



Ação Fiscal

Vitória, Abril/Maio/Junho de 2006

ORGÃO DE COMUNICAÇÃO DO SINDIFISCAL • ANO XII • Nº 109

Diretoria e associados discutem o futuro da categoria em Reuniões Regionais

Maiores preocupações expostas pela categoria:

- Prorrogação do concurso de Auditor Fiscal
- Falta de pessoal principalmente no interior
- Ascensão Funcional
- Quadro Administrativo insuficiente
- Não reajuste de 4% aos Auditores e Auxiliares Fazendários que não optaram pelo subsídio. Confira nesta edição cópia do ofício encaminhado a SEGER.

A diretoria do Sindifiscal já encaminhou ofício ao governador Paulo Hartung solicitando a prorrogação do concurso e cumprimento da lei que prevê a ascensão funcional.

Páginas 8 e 9



Fique por dentro:

III Plenafisco

Plenária Nacional do Fisco Estadual
De 07 a 11 de agosto na cidade de Gramado-RS

Dia Estadual do Fisco

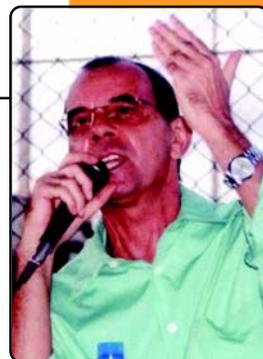
Dia 20/09 às 19:00h
Sessão Solene na Assembléia Legislativa

Dia 21/09 das 8:00 às 12:00
Seminário com presença da Fenafisco e representantes do Fisco de todo Brasil.

[Notícias da Fenafisco - Páginas 4 e 5](#)

[III Encontro Nacional de Aposentados - Página 7](#)

[Homenagem às Mães do Fisco - Página 14](#)



A

busca incessante de valorização salarial e funcional dos servidores do Grupo TAF tem sido a meta da diretoria do Sindifiscal. Precisamos acima de tudo para o perfeito desempenho de nossa árdua missão enquanto servidores efetivos da Sefaz, de motivação, comprometimento e alegria no trabalho.

Nos recentes encontros entre diretores da entidade e associados nas regionais de Vitória e interior, pudemos sentir e ouvir a angústia que aflige muitos dos colegas, Auditores e Auxiliares Fazendários.

Se pelo lado salarial, foi possível dar uma respirada, ainda que temporária, estamos percebendo uma progressiva degradação nas condições de trabalho, tanto humanas quanto materiais, nos nossos diversos setores de trabalho.

É legítimo afirmar que boa parte do legado que o governador Paulo Hartung vai deixar para o próximo governante, e aí incluímos a estabilidade financeira do estado, é devido a força de trabalho daqueles que hoje compõem o quadro de servidores do Grupo TAF. Nós somos um patrimônio do Estado, e este tem toda a obrigação de zelar por ele.

É por isto e para isto que estamos, enquanto entidade representativa da classe, batalhando incessantemente pela nossa sobrevivência. Não podemos assistir ao esvaziamento de funções, do quadro de pessoal e da força de trabalho. A

modernidade tem que ser uma aliada e não a mola mestre. Esta será sempre o "Ser Humano" e é este hoje o nosso objetivo.

O Instituto Pensamento, contratado para, entre outros objetivos, traçar um perfil de nossa categoria, vai detectar certamente os parâmetros negativos, que sugam as perspectivas para o futuro e a vontade de trabalho no nosso dia-a-dia. O centro de tudo é a mesmice de anos e anos, é isto que precisa ser modificado com a maior urgência.

Nós temos a nossa carreira, regulada por lei. Pela milésima vez sugerimos o seu cumprimento. A doença que nos atinge é a falta de perspectivas. A lei 16/92 diz que a composição de nosso quadro de auditores é de 550 e temos hoje uma defasagem de mais de 100 (cem). A mudança de nível vertical a cada dois anos (hoje mais de 50 aguardam a oportunidade). Os que trabalham nos Postos Fiscais de fronteira tem que se sujeitar a absoluta insalubridade.

Temos todos os mecanismos para reverter o pólo negativo e implementar ações que potencializem o que há e o que resta de garra, de vontade e de brilho no olhar em cada um de nós. Para isto é insuficiente apenas a vontade da diretoria do sindicato. Tem que haver uma cumplicidade e aliança de todos nós, que somos parte interessada. Disposição é o que não há de faltar.

Vamos à luta!

SINDIFISCAL-ES

Sindicato do Pessoal do Grupo TAF no ES

Rua General Osório, 83 - salas 407 a 410
Centro - Vitória - ES - Cep 29028-900
Tel.: (27) 3200-2585
e-mail - fisco@sindifiscal-es.org.br
<http://www.sindifiscal-es.org.br>
CNPJ: 272394410001/05

Diretor Presidente

Júlio César Camilo Muniz
Vice-Presidente - Délio Cassiano Borges Castelo

Subsedes

Cachoeiro - Praça Jerônimo
Monteiro, 21 - sala 101 - Centro
Tel.: (28) 3521-7630/7629
e-mail - sindifiscal-cachu@veloxmail.com.br
Colatina - Av. Getúlio Vargas, 183- Ed. Prolar,
2º andar - Centro - Tel.: (27) 3721-1724
e-mail: colatina@sindifiscal-es.org.br

Edição Trimestral

Ábr/Mai/Jun

Jornalista

Adriana Nobre
Reg. MTb 01718 JP-ES

Colaboração

Alice Eulália
Estagiária de Jornalismo

Projeto Gráfico e Fotelito

Oficina de Letras Comunicação
3222-6955 / 3323-6004

Impressão

Artgraf - 3223-6588

"O conteúdo das matérias publicadas neste informativo são de inteira responsabilidade da diretoria do Sindifiscal e os artigos assinados, responsabilidade dos seus autores."

Ascensão Já!

Atualmente a Secretaria da Fazenda possui um quadro de auditores reduzido e insatisfeito em sua maioria. Servidores que exercem há 21 anos a mesma atividade sem perspectiva de crescimento devido ao descumprimento da legislação.

A progressão horizontal e ascensão vertical, regulamentada pela Lei Complementar nº 16/92, foi simplesmente esquecida pelos governos anteriores. Em 2003 a atual administração iniciou um processo de ascensão por merecimento que será finalizado este ano. A Secretaria da Fazenda publicou no Diário Oficial de 27/04/06 a Portaria nº 15-R autorizando a realização do processo complementar com quatro vagas para o nível III.

A iniciativa é bem vinda, mas não é satisfatória. A realidade é que temos 44 (quarenta e quatro) Auditores na justiça, buscando seu direito legítimo, uma vez que não foram contemplados no processo ainda não encerrado.

Segundo dados do setor de pessoal da Sefaz, o quadro real de Auditores na ativa, em 14/06/06, é o seguinte:

- **AFRE'S I – 179 - 01 VAGA EXISTENTE**
- **AFRE'S II – 177 - 63 VAGAS EXISTENTES**
- **AFRE'S III – 88 - 42 VAGAS EXISTENTES**

Atualmente são 106 (cento e seis) vagas em aberto.

Em entrevista publicada na edição anterior, o Secretário da Fazenda José Teófilo garantiu o cumprimento da lei. Segundo o Gerente de Desenvolvimento Fazendário Francisco Andrade, a ascensão por antiguidade será realizada ainda este ano.

“Estamos encerrando um processo seletivo que foi iniciado em 2003 e ainda este ano pretendemos realizar a ascensão por antiguidade”, garantiu o gerente.

Francisco também informou que a Secretaria da Fazenda está realizando um levantamento para verificar a necessidade real de servidores para cada unidade administrativa. Este estudo vai auxiliar a comissão responsável pela ascensão.

Além disso, a pesquisa vai avaliar a necessidade de funcionamento de alguns postos de trabalho, pois segundo o geren-

te a implantação da Agência Virtual deve provocar um redimensionamento da Secretaria da Fazenda.

Outro ponto que preocupa a diretoria do Sindifiscal é a prorrogação do Concurso de Auditores com vigência até 30-06-06, pois é uma garantia para o cumprimento pleno da lei. A prorrogação, além de dar oportunidade aos concursados altamente gabaritados, vai viabilizar a ascensão e oxigenar o quadro de pessoal.

A realidade do Fisco:

“Trabalho há 22 anos na Secretaria da Fazenda, e durante todo esse período trabalhei apenas três meses em Vitória. Não agüento mais a rotina de Posto Fiscal. Em todas as vezes que reclamamos com a chefia a resposta é sempre a mesma: Falta pessoal. Ora, se o Estado precisa de pessoal é problema do Governo, não suporto mais trabalhar em Santa Cruz.”

Celso Ferreira de Souza - ATE I

“Tenho 22 anos de Secretaria da Fazenda. Esforcei-me no desenvolvimento de minhas competências, na expectativa de crescimento pessoal e profissional dentro da carreira, e com certeza, assim também pensaram os colegas que ingressaram em 1988 e 2005. Esses colegas auditores, assim como eu, que pleiteiam a ascensão funcional, são hoje detentores de um forte sentimento de frustração e revolta, isto porque, não obstante existir previsão em lei estabelecendo a ascensão funcional para os auditores fiscais, não conseguimos êxito em nossas aspirações.”

Écio Ramos - AFRE I

A lei que não se cumpre

“O auditor passa sua vida cumprindo e fazendo cumprir a legislação e é traído pelo governo quando a lei deve ser cumprida a seu favor.”

Joaquim Noé Nolasco - AFRE I

ALERTA AOS EMPRESÁRIOS, COMERCIANTES E GOVERNO DO ESTADO

Estamos recebendo denúncias que inescrupulosos estão utilizando indevidamente o nome do SINDIFISCAL-ES (Sindicato do Pessoal do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Espírito Santo) para coagir e extorquir dinheiro no comércio da Grande Vitória e Interior.

O SINDIFISCAL-ES não autoriza ninguém, a qualquer título, a pedir dinheiro para qualquer finalidade.

A fiscalização do Estado trabalha dirigida única e exclusivamente para a Secretaria Estadual da Fazenda.

Nos eximimos de qualquer responsabilidade.

A Diretoria

Fórum de Carreiras Típicas de Estado

Em histórica soma de forças, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em parceria com o Fórum Fisco Nacional e demais carreiras fundaram o Fórum de Carreiras Típicas de Estado. Nas muitas reuniões já realizadas, notou-se que a instância é a “única resistência organizada da sociedade civil”.

A primeira das “batalhas” será a aprovação da PEC 441/05, conhecida como PEC Paralela da Paralela da Previdência: o texto restou da Reforma de 2003 e da Paralela de 2005. A proposta cuida de três pontos: subteto, paridade da pensão e isenção parcial de contribuição para a previdência pelos portadores de doença incapacitante.

Uma das principais lutas da Fenafisco no ano passado o subteto volta à pauta. Para pôr fim à vinculação dos subsídios de governador (cargo político) aos de carreiras exclusivas de Estado, será necessário que o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, constitua uma Comissão Especial. Depois, os líderes partidários têm que indicar seus componentes. Daí, começará nova “batalha”: pela inclusão do fisco estadual no subsídio de desembargador do Tribunal de Justiça (90,25% do ministro do STF: R\$ 22.1 mil).

A caracterização do que são carreiras típicas de Estado é o próximo passo do Fórum Permanente. Após a promessa do presidente da Câmara, Aldo Rebelo, em constituir a Comissão Especial que cuidará da PEC 441/05, as entidades buscam reformular a matéria. Inicialmente ela trata apenas de subteto e paridade para pensões. O intuito do Fórum, no entanto, é fazer com que a proposta abarque também a noção de carreiras típicas de Estado.

Segundo o vice-presidente da Fenafisco, Rogério Cândido, o Fórum deve entrar em consenso acerca das carreiras típicas para, posteriormente, auxiliar os deputados da Comissão a formatar a PEC 441/05. Cândido lembrou o aviso que Aldo Rebelo fez as entidades: “A importância dessas carreiras para a democracia brasileira deve ser discutida pela sociedade. Caso contrário, vai parecer que é disputa corporativista”.

A Fenafisco se dedica às carreiras típicas há algum tempo e, na III Plenafisco, a ser realizada em Gramado/RS, em agosto, conjuntamente com os sindicatos filiados, dará especial destaque ao assunto. A definição de que carreiras devem ser consideradas típicas gera polêmica. Para Rogério Cândido, todas as que são “necessárias ao funcionamento do Estado e não podem ser terceirizadas” devem entrar.

Compõem o Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado quatorze organizações, assim dispostas em ordem alfabética:

- Adepol (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil)
- AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros)
- AmeBrasil (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil)
- Anadep (Associação Nacional dos Defensores Públicos)
- Anape (Associação Nacional dos Procuradores de Estado)
- Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social)
- Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público)
 - Febrafite (Federação Brasileira de Associação de Fiscais de Tributos Estaduais)
 - Fenafim (Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais)
 - Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual)
 - Fenafisp (Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social)
- Sinaif (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho)
- Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU)
- Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal)

Minirreforma Tributária

A Câmara dos Deputados recolocou na pauta do plenário a discussão sobre a Reforma Tributária. Os ânimos, neste sentido, tinham diminuído desde 2004, pela falta de consenso entre os entes federados. Agora, com a pressão dos prefeitos e a vontade do governo em votá-la, é dada como certa sua votação.

Chamou-se, então, a matéria, de Minirreforma Tributária – PEC 285/04 – por tratar, basicamente, de dois pontos: restrição de alíquotas para o ICMS e aumento de um ponto percentual para o FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Na verdade, a proposta cuida de muitas outras questões também.

É importante ressaltar que o relator, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), está alterando constantemente a PEC, a fim de obter consenso entre as três esferas de poder e entre oposição e situação.

O presidente e o vice-presidente da Fenafisco, Rogério Macanhão e Rogério Cândido, ressaltaram que esta minirreforma não encerra a vontade das autoridades por novas modificações tributárias. Pelo contrário. Segundo os dirigentes, o deputado Virgílio Guimarães disse, textualmente, que, independentemente de quem for eleito presidente em outubro, deverá passar no Congresso, ainda este ano, uma reforma tributária ampla sobre o IVA. “Chegou a falar ainda que todos os candidatos a presidentes se comprometeram com essas mudanças. Talvez, somente a senadora Heloísa Helena não tenha esse compromisso”, garantiram Macanhão e Cândido.

Bem, vamos a algumas questões levantadas pela PEC 285/04.

O texto fixa em, no máximo, seis alíquotas a tributação de mercadorias, bens e serviços. Em relação às operações interestaduais, abre possibilidade para que o imposto seja cobrado na origem.

Fundo estadual

Para amenizar possíveis perdas, obriga a União a repassar aos estados uma percentagem de toda sua arrecadação de tributos, exceto algumas contribuições. Segundo a matéria, fica vedada a “retenção ou o contingenciamento de valores” no nível federal.

Assim, seriam criados, em lei complementar, “Fundos de Desenvolvimento Estaduais”. A proposta do Confaz é que o número seja fixado em 0,83% do montante federal. Outro detalhe: enquanto não houver lei complementar para definir os critérios de repartição dos recursos do tal Fundo, esses serão distribuídos por meio do FPE (Fundo de Participação dos Estados).

A PEC prevê que a verba do fundo será desvinculada do restante das receitas e define destino fixo

para ele: “Fomento da política de desenvolvimento regional, para aplicação em investimentos em infraestrutura”.

Guerra fiscal

Outro dispositivo é o combate à guerra fiscal. A proposta veda a concessão ou prorrogação de isenção a novos contribuintes. Mantém, no entanto, os atos concessórios já vigentes, com prazos variando de acordo com o setor. Acerca dos “benefícios e incentivos fiscais e financeiros concedidos ou autorizados exclusivamente por norma estadual”, dispõe o seguinte: as concessões autorizadas “após 25 de abril de 2006 e até a data de promulgação desta Emenda, ficam preservados em relação ao que já houver sido

efetivamente aproveitado, cessando” seu efeito com a publicação da PEC 285/04.

Lei Orgânica

Reproduzimos, aqui, o art. 6.º da PEC, pela relevância do tema: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo máximo de um ano, instituirão Lei Orgânica da Administração Tributária, que disporá sobre as atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos, desenvolvidos exclusivamente por servidor público, titular de cargo efetivo, organizados em carreiras”.

Por fim, no art. 9.º, a proposta faz referência ao adicional de um por cento ao FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Fisco faz últimos ajustes ao texto da Lei Orgânica

O Fórum Fisco Nacional e o advogado e assessor técnico da Câmara Magno Antonio Correia de Melo reuniram-se este mês (junho) com o objetivo de aparar arestas legais e formatar técnica e juridicamente a Lei Orgânica das Administrações Tributárias. As entidades contrataram o consultor, no início de maio, para dar à matéria os últimos ajustes.

As reuniões foram bastante concorridas e contou, num dos dias, com cerca de vinte participantes da Fenafisco e sindicatos filiados, Anfip, Fenafisp, Fenafim, Sinait e Febrafite. Segundo Fabiano Dadam Nau, diretor jurídico do Sindifisco/SC, a próxima reunião está marcada para 3 e 4 julho. Ele explicou que a nova rodada de discussões se faz necessário diante das diversas modificações propostas por Magno Antonio.

Já se começou, mesmo antes da formatação final da Loat, o debate acerca do “processo legislativo”, no qual se encaixará a matéria. É necessária a definição, conforme o art. 59 da Constituição, para o início da tramitação no Congresso Nacional.

Batalha contra o “Super-Simples”

O PLP 123/04 que cria o chamado “Super-Simples” tramita na Câmara dos Deputados desde o segundo semestre de 2005. Aprovado na Comissão Especial “a toque de caixa” em novembro último, a Lei de Microempresa vem ganhando opositores. Primeiro, foi o movimento trabalhista, deputados e entidades que se posicionaram contrários em função da precarização dos direitos. Depois, o Fórum Fisco Nacional alertou para “os prejuízos para a sociedade”.

Mesmo estando para votação na convocação extraordinária da Câmara dos Deputados, desde fevereiro, o texto está longe ter unanimidade. Para evitar a chibadeira geral, o relator, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), já formulou diversos substitutivos ao PLP. O projeto, essencialmente “perverso”, nas palavras do vice-presidente da Fenafisco, Rogério Cândido, já está mais brando. “A proposta continua, mesmo assim, quebrando o pacto federativo e retirando direitos trabalhistas e previdenciários”, assegurou o dirigente.

Entre as mudanças está o enquadramento diferenciado para micro e pe-

quenas empresas de acordo com a participação do Estado no PIB nacional: para os Estados com até 1%, o enquadramento passa para R\$ 1.2 milhões; entre 1% e 5%, para R\$ 1.8 mi; e acima de 5%, o teto fica em R\$ 2.4 mi.

No início o projeto previa que o repasse do ICMS e ISS, com a unificação aos impostos federais, seria feito pela União. É sabido o quanto é complicado “negociar” com o governo federal. Exemplos não faltam, um deles a Lei Kandir. Agora, o texto confere aos bancos esta tarefa. Ou seja, os recursos não chegam mais até o Tesouro Nacional para depois irem para Estados e Municípios.

Ainda assim, há a quebra do pacto federativo. Para Rogério Cândido, dirigente que coordenou os passos da Fenafisco acerca da matéria, o fato do ICMS deixar de ser legislado pelos Estados configura uma agressão ao art. 60 parágrafo 4º da Constituição Federal. “Sem dúvida nenhuma, é um retrocesso que relega esses entes federados à qualidade de dependentes com a perda de sua autonomia financeira”, salientou a nota pública confeccionada pelas entidades que compõem o Fórum Fisco Nacional.

A Fenafisco, além de divulgar notas alertando a sociedade acerca dos malefícios do PLP 123/04, encaminhou correspondências aos presidentes de Assembléias Legislativas, secretários de Fazenda e governadores.

Eleições 2006

O Congresso Nacional, nos últimos anos, vem passando por difíceis momentos, com o surgimento de escândalos de toda monta, tais como: CPIs, cassações e absolvições diversas, além de outras complicações amorais, com destaques negativos para a entidade legislativa do País.

Também, neste período, foram muitas as perdas de direitos e poucas conquistas para os Servidores Públicos, tanto para os ativos quanto para os aposentados, em razão da política nefasta empreendida pelos últimos governantes.

A FENAFISCO esteve sempre presente nas discussões nacionais, participando ativamente de quase todas elas, e com isto tiramos algumas lições.

A segunda metade de 2006 se caracterizará, principalmente, pelo processo político eleitoral, pelo que devemos refletir, e muito, sobre este ano, exercitando a nossa cidadania de forma consciente, buscando eleger candidatos que estejam preocupados com o coletivo e possam contribuir para melhorar o país.

Os Fiscais Tributários Estaduais, categoria politizada, tem papel importante nessa qualidade que almejamos, quer seja pelo exercício direto do voto ou como formadores de opinião.

Temos a consciência que dependemos sempre das decisões políticas, e por isto pregamos a necessidade do envolvimento da classe nestas ações. A representatividade política é importante para que projetos de interesse da Administração Tributária possam prosperar e beneficiar toda a sociedade. Questões da categoria estarão em voga para o ano seguinte, tanto no Congresso Nacional como nos Parlamentos dos Estados e do Distrito Federal. Ao elegermos candidatos que tenham relação direta com o fisco e entendam as nossas propostas traremos avanços para o país e para a categoria, como esteio propulsor e gerador de recursos para aplicação nas políticas públicas governamentais.

Desta forma, convidamos a categoria do fisco brasileiro a participar de forma direta no processo eleitoral, participando do debate, levando sugestões aos candidatos, independentemente do partido político, e apoiando os candidatos que entendam a importância de instituições sérias no contexto do Estado.

Assim procedendo, queremos parabenizar os colegas que se prontificam a por os seus nomes como candidatos, pois, são exemplos de coragem e abnegação pela causa pública, na qual estamos diretamente inseridos.

Contamos com a participação ativa de todos.

Um forte Abraço,

Rogério Macanhão
Presidente da
Fenafisco



FACILITAR A LAVAGEM DE DINHEIRO É SUPER-SIMPLES

SUBSTITUTIVO DO PLP 123/2004

DIGA NÃO!

FÓRUM FISCO NACIONAL
ANFIP FERAFISCO FERAFIM FERAFITE SINAIT UNIAO FISCAL

Sindifiscal participa do X Encontro da ANFIP

A

Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP) realizou no período de 22 a 24 de maio no Centro de Convenções de Vitória, o “X Encontro Nacional dos Auditores Fiscais, ativos, aposentados e pensionistas”. Cerca de 1.500 pessoas lotaram o auditório para participar do início do evento.

As diretoras do Sindifiscal Marlene Muniz, Zuleide Rosangélica e o deputado estadual Cláudio Thiago representaram o fisco estadual.

O deputado, que foi convidado para compor a mesa, destacou em seu discurso a importância do evento para o fortalecimento e valorização do servidor público brasileiro.

Durante os três dias de encontro foram debatidos temas como a “Modernização da Administração Tributária: Modelos Referenciais e Propostas para o Brasil” e a “Lei Orgânica das Auditorias Federais”.

O Sindifiscal agradece a presidente da ANFIP-ES, Eucélia Agrizzi Mergar, a oportunidade de participar deste evento e parabeniza pela excelente organização.



Diretoras do Sindifiscal, Deputado Cláudio Thiago e a presidente da ANFIP, Eucélia Agrizzi Mergar



Diretoras do Sindifiscal e o Deputado Cláudio Thiago prestigiam o evento da ANFIP

Mais uma vitória do Fisco Capixaba

O Espírito Santo sai na frente mais uma vez. O Projeto de Lei nº 131/06 de autoria do Governo do Estado, que cria o Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário – FUNSEFAZ, foi aprovada pela Assembléia Legislativa no dia 27 de junho de 2006.

O Funsefaz tem por objetivo manter e expandir a capacidade de investimentos em modernização e desenvolvimento das atividades da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. A criação do fundo também visa dar sustentabilidade ao atual nível de

investimentos em modernização e aperfeiçoamento da máquina fazendária que foi adquirido durante o PNAFE – Programa Nacional de Apoio a Administração Fiscal para os Estados Brasileiros.

Quanto aos recursos para criação do fundo, a proposta é utilizar uma pequena parte da arrecadação de multas e juros decorrentes das atividades de fiscalização dos impostos estaduais, de taxas decorrentes de prestação de serviços pela SEFAZ aos contribuintes de modo geral e de outras fontes definidas no projeto.

Outro ponto importante é a aplicação dos recursos, que devem ser exclusivamente aplicados em capacitação, consultoria, equipamentos e sistemas de informática, equipamentos de apoio à fiscalização, obras e instalações, promoção de outras ações afins da Administração Fazendária.

A diretoria do Sindifiscal comemora e destaca o empenho do deputado estadual Cláudio Thiago nas questões do fisco que são abordadas na Assembléia Legislativa.

III Encontro Nacional de Aposentados

O III Enafe (Encontro Nacional dos Aposentados do Fisco Estadual), realizado no período de 11 a 13 de maio em Caldas Novas (GO) contou com a presença de 22 sindicatos e 220 participantes. O Sindifiscal foi representado pelo colega Ismail Camargo Costa e sua esposa Amilza Costa.

A abertura oficial do evento aconteceu no dia 11/05 com apresentação do tema do encontro: “O resgate dos direitos dos aposentados e pensionistas retirados nas reformas e a luta pelos ainda existentes”. O presidente da Fenafisco, Rogério Macanhão, em seu discurso pediu empenho em defesa da previdência pública e engajamento no pleito eleitoral de outubro. Para ele, os presidenciáveis com bom potencial de votos já se comprometeram com uma nova Reforma da Previdência. O dirigente, assim, afirmou que a Federação precisa de cada sindicato filiado e de cada fiscal para fazer uma resistência firme e vitoriosa ao desmonte do Estado brasileiro.

O coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) Omar Marchese, ministrou a palestra “Perdas de direitos, paridade, Reforma Constitucional, entre outros”,

Osmar Marchese informou que “a bola da vez” será acabar com a integralidade e com a paridade, além da diferença entre homens e mulheres para se aposentarem. Este pacote viria no formato de uma 3ª Reforma da Previdência. “Está em marcha [no Brasil] os interesses das elites econômicas: FMI, Banco Mundial e banqueiros nacionais”, ressaltou. O palestrante fez um histórico das emendas constitucionais 20/98 e 41/03 dos governos Fernando Henrique e Lula, respectivamente, que mexeram com os regimes previdenciários.

Além disso, o sindicalista entregou aos cerca de 200 auditores-fiscais presentes cópia das 24 propostas de revitalização da previdência encaminhadas ao presidente Lula, três meses de-

pois de ter sido empossado no Palácio do Planalto, em 2003.

Os principais comentários, dos participantes do III Encontro Nacional dos Aposentados do Fisco Estadual, no decorrer da palestra de Osmar Marchese, giraram em torno da quebra de paridade nos Estados. A vice-presidente sindical do Sindafep/PR, Marinês Cortellini, informou que o governo paranaense não aumenta o salário do fisco há doze anos. Ela disse que, quando o reajuste veio, em 2005, foi através de cotas de produtividade. Significa, portanto, que os aposentados não foram contemplados nos cerca de 50% dos novos ganhos.

Por sua vez, o diretor de Aposentados e Pensionistas do Sindsefaz/BA, Walmir Cruz, classificou esses subterfúgios de quebrar de paridade de “penduricalhos perversos”. O diretor de Aposentados do Sindifisco/SC, Arlindo Correa, assegurou que eles existem em Santa Catarina, retardando a aposentadoria dos servidores.

Já o diretor de Comunicação da Fenafisco e do Sindifisco/PB, Glauco Gouvêa, disse que tanto a Paraíba quanto o Espírito Santo são Estados modelos por dividirem, igualmente, entre ativos e aposentados, o prêmio de produtividade. No mesmo sentido, o representante do Sintaf/RS, Milton Sonza Dri, e o diretor de Aposentados do Sindifisco/PE, Antonio da Motta, ressaltaram que nos respectivos Estados também há produtividade de igualitária.

O presidente da Fenafisco, Rogério Macanhão, salientou que a entidade não é favorável à quebra de paridade. “Se existe algum sindicato favorável, ele não está na Federação”.

Durante o encontro também foram apresentados os temas “Estatuto do Idoso com enfoque nos Planos de Saúde” com a Dra. Cali Munhoz e “Vida longa com Qualidade” com o Dr. Antero Coelho Neto. A animação ficou por conta do jantar dançante de abertura e duas noites de seresta.

Carta de Caldas Novas Documento final do III Enafe

Os aposentados e pensionistas do Fisco Estadual do Brasil, reunidos no III Encontro Nacional dos Aposentados do Fisco Estadual, em Caldas Novas, Goiás, de 11 a 13 de maio de 2006, com o tema “O resgate dos direitos dos aposentados e pensionistas retirados nas reformas e a luta pela garantia dos ainda existentes”, dirigem um alerta a todos os trabalhadores brasileiros.

Os últimos governos têm se caracterizado por posturas prejudiciais ao País e aos trabalhadores, em particular os servidores públicos. Os períodos FHC e Lula ficarão registrados na História, entre outras razões, pela retirada ilegal de direitos conquistados com muita luta ao longo do tempo. O governo Lula, por intermédio do Congresso Nacional, chegou ao extremo de afrontar cláusulas pétreas da Constituição Federal, ao instituir a contribuição previdenciária dos aposentados. Na ocasião, os servidores foram enormemente prejudicados pelo STF, que não honrou suas tradições em defesa da Carta Magna. De uma só vez foram desrespeitados o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Não satisfeitos com a perseguição aos servidores públicos, em obediência subserviente ao neoliberalismo, pretende-se, agora, retirar os direitos que restam, por intermédio de uma Revisão Constitucional, em tramitação no Congresso Nacional.

Os trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público têm que se unir, não se omitindo quando um setor for atingido, pois o outro logo será a vítima.

Os aposentados, que tanto contribuíram para o engrandecimento de nossa Pátria, proclamam à sociedade brasileira sua insatisfação com os rumos que o governo federal e alguns estaduais têm seguido.

Não toleraremos que os trabalhadores continuem tendo seus direitos suprimidos irresponsavelmente, tais como a quebra da paridade e da integralidade, para atender às exigências do capital. Exigimos a restauração dos nossos direitos usurpados previstos na Constituição, tais como: implementação da gestão quadripartite no Sistema Previdenciário, com representação majoritária dos trabalhadores; reativação do Conselho Nacional de Seguridade Social, com caráter deliberativo; aposentadoria integral e paridade para os atuais e futuros servidores; anulação da reforma previdenciária que instituiu a ilegal contribuição dos aposentados.

Ao tempo em que repudiamos a falsa argumentação do déficit da Previdência, nós, aposentados e pensionistas do Fisco Estadual, proclamamos aos trabalhadores e à sociedade brasileira, que continuaremos, nossa luta, incansavelmente por um País democrático e próspero, sob o império da justiça social.



Sr. Ismail e sua esposa com a Gerente Administrativa da Fenafisco, Heula Tadano e a diretora de Aposentados Maria Cristina



Reuniões Regionais

REUNIÕES REGIONAIS DO SINDIFISCAL

A diretoria do Sindifiscal realizou, durante o período de 05 a 08 de junho, reuniões com os colegas das regiões da Grande Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina.

Durante os encontros foram discutidos assuntos como o novo modelo de remuneração, política salarial para o futuro, alterações estatutárias, posição política para as eleições de 2006, jornada horária corrida e assuntos gerais.

SUBSÍDIO

O presidente do Sindifiscal, Júlio César Muniz, esclareceu dúvidas e apresentou um balanço do número de adesões. Segundo o Núcleo de Estatística de Recursos Humanos da SEGER e o IPAJM, até o mês de maio, 380 Auditores da ativa, 42 Auxiliares Fazendários, 421 aposentados e 97 pensionistas já aderiram ao novo modelo de remuneração.

Muniz ressaltou que a legislação que trata do subsídio do Grupo TAF do Espírito Santo é modelo para os sindicatos do fisco do Brasil, pois impede a adição de penduricalhos e garante a paridade.

Outro ponto positivo apresentado foi a filiação de 150 pensionistas ao Sindifiscal.

O sindicato realizou um grande trabalho de divulgação através de cartas, telefonemas e pôde constatar um acréscimo substancial na remuneração que o subsídio proporcionou ao grupo.

POLÍTICA SALARIAL PARA O FUTURO

A diretoria apresentou os próximos passos da política salarial para o futuro.

O primeiro passo é trabalhar politicamente para ampliar o subsídio do governador, que atualmente impossibilita qualquer tipo de reajuste na tabela.

Outro ponto fundamental é garantir o reajuste anual da tabela do subsídio e o cumprimento das Leis Complementares nº 352 e 353 que prevêem a mudança de nível a cada dois anos para auditores e auxiliares fazendários.

Júlio César destacou a importância da greve, a não banalização deste instrumento que é fruto da força e unidade da categoria e deve ser utilizado com consciência no momento certo.

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

A diretoria do Sindifiscal está sugerindo algumas alterações no estatuto e durante as reuniões sugeriu a

formação de comissões para avaliar e discutir as propostas, que depois de analisadas serão votadas em Assembléia Geral da categoria.

POSIÇÃO POLÍTICA NAS ELEIÇÕES 2006

A posição da categoria nas eleições 2006 foi discutida em todas as reuniões.

Júlio César lembrou do processo de escolha do candidato da categoria em 2002 através de plebiscito e justificou sua posição pessoal de apoio à reeleição do deputado estadual Cláudio Thiago.

A diretora Marlene Muniz, que esteve representando o Sindifiscal na Assembléia Legislativa em 2003 e 2004, fez um breve histórico da atuação do deputado estadual Cláudio Thiago em favor da categoria e ressaltou que a Fenafisco está realizando uma campanha nacional para que os sindicatos elejam seus representantes nos parlamentos estadual e federal.

Em todas as regionais a categoria solicitou a presença do deputado para apresentar suas propostas.

JORNADA HORÁRIA CORRIDA

A jornada horária corrida é uma reivindicação que surgiu entre os colegas do prédio da Sefaz em Vitória. Durante as reuniões a diretoria esclareceu que este assunto é uma questão administrativa e deve ser conversada primeiramente com os gerentes para verificar a viabilidade.

Nas reuniões do interior os participantes externaram a dificuldade de avançar nessa discussão no momento em função da escassez de pessoal.

A participação da categoria em todas as reuniões foi significativa, com destaque para Cachoeiro de Itapemirim que reuniu mais de 100 colegas entre ativos, aposentados e pensionistas.

Em todas as regionais a principal queixa é com relação às condições de trabalho e o quadro de pessoal insuficiente. Muitos colegas reclamam que chegam a trabalhar 12 horas por dia devido ao excesso de trabalho. Em Linhares o gerente, Manoel Lúcio, informou que atualmente existem 10 auditores para fiscalizar 6 mil empresas. Na Grande Vitória, o gerente Geraldo Pinheiro, informou que existem 14 mil processos no setor de Tributação para serem julgados por um quadro de seis auditores.

Em resposta às reivindicações da categoria, a diretoria do Sindifiscal, esclareceu que a prorrogação do curso de auditores e a ascensão funcional estão na pauta de negociação. Segundo o secretário da Fazenda, José Teófilo, a ascensão é lei e será cumprida, ainda em 2006.

O sindicato está acompanhando de perto.



Prédio da SEFAZ em Vitória



Jaraguá Clube, em Cachoeiro de Itapemirim



Jaraguá Clube, em Cachoeiro de Itapemirim



Gerência Fazendária em Linhares



Reunião em Colatina

A gerente da Coopfisco Ana Lúcia e o diretor Orlando Fernandes aproveitaram as reuniões regionais do sindicato para divulgarem o trabalho e os benefícios da cooperativa. "Muitos associados ainda não conhecem a Coopfisco por isso este ano vamos investir na divulgação e cadastro de novos sócios", garantiu a gerente.

A Coopfisco foi fundada em 1997 com apenas 30 sócios e hoje já conta com 597 associados. Os interessados em obter mais informações podem entrar em contato com a gerente Ana Lúcia no telefone (27) 3200-3989 ou pelo site www.coopfisco.org.br.



A quem interessa o desequilíbrio?

É do conhecimento de todos, os vários pedidos de ascensão que já transitaram a nível administrativo pela Secretaria da Fazenda, sendo que hoje, existem mandados de segurança e outras ações judiciais, onde os AFRE's tentam obter a garantia do cumprimento da lei, existindo ainda parecer do Ministério Público Estadual reconhecendo tal direito. Estas providências, por si só, demonstram o nível de insatisfação em relação às políticas adotadas pela Secretaria da Fazenda em relação aos Auditores Fiscais. Além disso, a experiência tem demonstrado que, sempre que surge uma oportunidade de se resolver o problema, ao invés da solução, vem um remendo e o problema persiste.

As escolas de administração ensinam que as organizações, para adequarem e proverem seus quadros de funcionários, devem utilizar um planejamento estratégico para recursos humanos, observando a importância do diagnóstico na primeira fase, que aborda “a análise da capacidade instalada”, sendo este o processo de dimensionamento do quadro e suas deficiências, considerando fatores quantitativos e qualitativos. Vale lembrar que não se tem conhecimento desta providência quando da realização do processo de ascensão. Após esta análise são identificados cargos-chave e elaborados os planos de sucessão.

A importância do planejamento está ainda nos ensinamentos de Oliveira (2005, p.68), o qual estipula, para a elaboração do planejamento estratégico, as seguintes fases: “I) diagnóstico estratégico, II) missão da empresa, III) instrumentos prescritivos e quantitativos e IV) controle e avaliação”. É pertinente tal esclarecimento, porque a fase I, que trata do diagnóstico estratégico, estabelece que a visão representa o que a empresa quer ser. Em 1989, estudos da Korn-Ferry Internacional apresentou resultado de pesquisa

junto a 1500 altos executivos, e sua principal preocupação era o delineamento da visão. Segundo Oliveira (2005, p.89), “a visão deve ser resultante do consenso e do bom-senso de um grupo de líderes e não da vontade de uma pessoa (...), define e respeite os direitos das pessoas”. Dentro da fase II, que trata da missão, é que estão concebidas as macropolíticas e as macroestratégias, sendo que, ainda de acordo com Oliveira (2005, p.149), “macropolíticas correspondem às grandes orientações que toda empresa deve respeitar e que irão facilitar e agilizar suas ações estratégicas”. Assim, é um grave equívoco dizer que “nossa pirâmide” está distorcida, numa alusão à distribuição dos auditores nos níveis I, II e III. Há que se entender que esta distribuição é determinada nada mais nada menos que pelas macropolíticas e macroestratégias adotadas. Quero esgotar a questão citando os grandes mestres da administração. A pirâmide é disposta por Maximiano (2002, p.63) para demonstrar a estrutura organizacional nos níveis da “alta administração, gerência intermediária e supervisão”, e também Oliveira (2005, p.45) sustenta tal conceituação, para apresentar os níveis de decisões, contemplando na pirâmide organizacional os “níveis estratégicos, táticos e operacionais”. Portanto, não há que se falar em pirâmide quando o assunto é a distribuição AFREs nos níveis I, II e III.

Estamos diante de um ambiente onde a sonegação está em constante evolução, qualitativa e quantitativamente, e a auditoria fiscal é o instrumento para aplicação ao problema capaz de proporcionar melhores resultados, assim, escapa à minha compreensão a resistência em promover o preenchimento das vagas existentes para AFRE II. Fica ainda a pergunta. Quem seria o responsável pelas perdas com sonegação que não são resgatadas? sim, porque com o quadro reduzido,

menos empresas entram na programação para fiscalização, e ocorre que determinada empresa, pode ficar sem ser fiscalizada por um período que vai lhe proporcionar um montante sonegado impossível de ser resgatado pelo poder público, às vezes até pela falta de capacidade deste contribuinte. Outra pergunta diz respeito aos processos referentes a autos de infração que, que podem se tornar decadentes pela expiração do prazo, tendo em vista o reduzido número de AFRE para análise dos mesmos.

Devemos entender que a Secretaria da Fazenda somos todos nós, auditores fiscais, depositários de seu patrimônio intelectual, e é preciso rever conceitos, pois as pessoas podem estar incorrendo em equívocos que, ao serem percebidos, terão causado males de difícil reparação. O mestre Joel Souza Dutra alerta, “é muito comum observarmos organizações que sabotam seu próprio sistema”.

A ascensão funcional não é simplesmente um acordo entre governantes, cargos-comissionado e auditores fiscais, e sim uma obrigação prevista em lei. As organizações estão sempre dispostas a canalizar energia no sentido de não permitir máculas na sua “visão”, que é o espelho do que deseja ser e como deveria ser vista, o que viria a afetar negativamente suas políticas, estratégias e resultados. É preciso que se estabeleça relações de intercâmbio mais saudáveis, os incentivos às pessoas não se restringem apenas ao salário, mas também a benefícios, segurança e oportunidade de crescimento, em outras palavras, é preciso que acreditemos que as regras do jogo serão respeitadas e cumpridas. É este conjunto que se traduz em equilíbrio organizacional.

Por Écio Ramos de Souza
AFRE I

Destaques

Nesta edição destacamos a brilhante atuação de dois colegas aposentados e da funcionária do departamento jurídico do Sindifiscal, que sem medir esforços, trabalharam incansavelmente para sanar todas as dúvidas de nossos associados acerca do subsídio.

À Celi Magalhães, Vandir de Souza e Andrea Menezes, nossos sinceros agradecimentos pelo empenho neste processo de opção ao subsídio. Foram muitas ligações, atendimentos no sindicato, envio de documentação e cálculos precisos, para garantir aos colegas a certeza na hora da decisão.

O atendimento não foi só para os associados. Muitas pensionistas não-sócias perderiam um aumento significativo caso não optassem. Foram vários telefonemas e envio de correspondências e o resultado foi a filiação de 150 novas pensionistas.



Secretaria da Fazenda investe em Psicologia Organizacional

Pensando em investir no ser humano e garantir o bem estar de seus servidores a Secretaria da Fazenda contratou a Assessoria do Instituto Pensamento para executar o Projeto de Valorização do Servidor dentro do Plano de Formação Continuada dos Servidores Fazendários.

O primeiro passo já foi dado, a etapa de entrevistas já foi concluída e os servidores já estão participando de encontros de formação. Cada grupo foi formado respeitando o perfil de cada indivíduo e a partir das necessidades reais apontadas durante as entrevistas.

Os temas a serem trabalhados pelos grupos são os seguintes: Relacionamento Interpessoal, Criatividade Organizacional, Expressão e Comunicação Grupal, Saúde do Trabalhador com ênfase na prevenção à DST's/AIDS e Sexualidade Humana, Dependência Química e Saúde Emocional. Além destes, os servidores também poderão sugerir outros temas.

O gerente de Desenvolvimento Fazendário, Francisco Costa de Andrade, ressalta que todos os treinamentos são realizados no ambiente de

trabalho possibilitando a participação de todos. Francisco também informou que estão previstos encontros na sede social do Sindifiscal em Vila Velha e em Cachoeiro de Itapemirm, inclusive com a realização de Encontros de Famílias, contemplando todo o Estado.

Outro diferencial do projeto é a continuidade. “O Instituto Pensamento foi contratado para um trabalho de dois anos, não se trata de um treinamento específico onde o servidor assiste a uma palestra de duas horas, sem nenhum tipo de envolvimento e vai embora”, explicou o gerente.

Um dos objetivos do trabalho, segundo Francisco Andrade, é resgatar a identidade do servidor e da Secretaria da Fazenda e sua importância para o Estado do Espírito Santo.

“No momento estamos buscando idéias e desenvolvendo projeto no sentido de realizar concurso entre nossos colaboradores, objetivando a criação da logomarca e do Slogan do Programa. A idéia é envolver todos os servidores na busca dos caminhos da SEFAZ QUE QUEREMOS, a curto, médio e longo prazo, principalmente na valorização do ser”, acrescenta Andrade.



Francisco Costa Andrade – Gerente de Desenvolvimento Fazendário

Conselho Fiscal aprova contas do Sindifiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do SINDIFISCAL no exercício anterior, em cumprimento ao artigo 13 alíneas c, f e j do nosso estatuto.

Após análise dos documentos pertinentes, constatamos que apesar dos gastos adicionais provenientes do movimento reivindicatório em todo o último semestre de R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais), as contas do sindicato encontram-se plenamente ajustadas, sem débitos futuros e com um superavit em aplicação financeira nesta data de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais) no Banestes.

O resumo sintético dos gastos adicionais estão em anexo a este relatório, bem como o extrato bancário comprovando o valor aplicado (fundo de mobilização). As respectivas notas fiscais (gastos), bem como o balancete analítico estão a disposição de todos os associados.

Vale ressaltar que a receita do Sindicato hoje é de R\$77.000,00. Quanto a aquisição dos imóveis localizados na Enseada do Suá, proposto pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo (relatório anexo), somos amplamente favoráveis. A valorização de patrimônio é certa e o modelo de salas e sua localização irão oferecer maior conforto e segurança a todos os associados, além disso estaremos inseridos no contexto sócio-econômico e político do Estado.

É o nosso parecer.

Zélia Marildi Bisi

Miguel Ribeiro

Orlando Fernandes Pereira

Futura sede do Sindifiscal: Edifício Global Tower



Pensando no futuro e no conforto de nossos associados o SINDIFISCAL adquiriu duas salas no edifício Global Tower, da Construtora Galwan, cuja localização – na Enseada do Suá - facilitará o acesso à futura Sede da Sefaz, do TJ-ES e da ALES. Se nós somos uma categoria forte e se assim queremos permanecer, é essencial estarmos no centro sócio-político e econômico de nosso Estado.

Um outro motivo que nos levou a tomar esta decisão é a atual localização da nossa sede, que segundo reclamações de boa parte dos nossos associados, é de difícil acesso, principalmente no que diz respeito a estacionamento.

Na futura sede, que será inaugurada em 2009, haverá no edifício 120 vagas para visitantes – fora as vagas do Sindicato.

Aproveitando este anúncio importante, gostaríamos de esclarecer que as salas construídas na Sede Social de Vila Velha não foram usadas para fins administrativos, devido ao fato de que não houve uma evolução na área como era esperado. Mas, estas salas serão utilizadas em projetos futuros que serão debatidos com a categoria.

Balancete - Março 2006

Saldo anterior



Banestes Cta 1.703.701	30.000,00
Banestes Cta 1.702.554	6.093,41
Banestes Cta 6.193.023	332,14
Banestes Aplic.	150.412,20
Titulo Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.980,00
TOTAL	200.949,62

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Outras Receitas	112,94
Mensalidade Associados	1.698,39
Receita Efetiva	78.380,00
TOTAL	80.191,33

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

COOPFISCO	3.883,33
Imóveis	18.663,86
TOTAL	22.547,19

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	5.322,58
F.G.T.S.	1.498,58
TOTAL	6.821,16

OBRIGAÇÕES FISCAIS

PIS S/Folha	162,23
IRRF S/ Salários	1.812,49
TOTAL	1.974,72

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	1.269,68
Contribuição Sindical	207,30
Salários	13.008,76
Vale Transporte	747,70
Vale Refeição	2.698,55
TOTAL	17.931,99

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados - P.F.	3.220,00
Serviços Prestados - P.J.	13.568,64
TOTAL	16.788,64

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	35,00
Água e Saneamento	2.058,92
Assinatura SKY	255,03
Assistência Contabil	690,00
Aluguel de Imóveis	746,98
Combustível	1.380,27
Condomínio	520,00
Contribuição Fenafisco	2.304,85
Cópias e Autenticações	67,65
Correios	2.322,40
Despesa C/Floricultura	120,00
Despesas C/Estacionamento	279,00
Despesas C/Estagiários	300,00
Despesas Diversas	396,90
Despesas C/Veiculos	18,00
Despesas C/Bar Sede Social	270,00
Energia	4.202,10
Instalações	1.196,70
Impostos e Taxas	245,71
IPTU	741,34
Jornais e Revistas	245,00
Material de Consumo	677,97
Material de Escritório	2.701,73
Material de Higiene e Limpeza	537,03
Reembolso Despesas/Viagens	526,88
Refeições/Lanches	195,71
Repasso COOPFISCO	578,93
Serviços Administrativos	35,00
Telefone	2.736,18
Viagens e Estadas	500,00
TOTAL	26.885,28

DESPESAS C/MOBILIZAÇÃO SINDICAL

Aluguel Cadeiras/Mesas	0,00
Aluguel de Veiculos	0,00
Combustível	0,00
Despesas C/Propagando/Publicações	0,00
Despesas C/Pedágio	0,00
Despesa C/Sonorização de Eventos	0,00
Material de Escritório	0,00
Refeições/Lanches	0,00
Revelações Fotográficas	0,00
TOTAL	0,00

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	863,44
TOTAL	863,44

Saldo Banco/Caixa



Banestes Cta 1.703.701	20.000,00
Banestes Cta 1.702.554	1.655,95
Banestes Cta 6.193.023	1.148,51
Banestes Aplic.	150.412,20
Titulo Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.980,00
TOTAL	187.328,53

TOTAL	281.140,95
--------------	-------------------

Vitória-ES, 31 de Março de 2006

Moacyr Edson de Angelo

Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória-ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Balancete - Abril 2006

Saldo anterior



Banestes Cta 1.703.701	20.000,00
Banestes Cta 1.702.554	1.655,95
Banestes Cta 6.193.023	1.148,51
Banestes Aplic.	150.412,20
Titulo Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.980,00
TOTAL	187.328,53

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados	1.644,33
Receita Efetiva	79.080,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	8.250,66
TOTAL	88.974,99

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

COOPFISCO	3.943,33
Imóveis	18.877,08
TOTAL	22.820,41

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	5.427,66
F.G.T.S.	1.443,77
TOTAL	6.871,43

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/ Salários	1.596,16
TOTAL	1.596,16

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	1.253,39
Contribuição Sindical	526,17
Férias e Rescisões	7.997,35
Salários	13.694,74

Vale Transporte	918,60
Vale Refeição	2.887,40
TOTAL	27.277,65

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados - P.F.	1.950,00
Serviços Prestados - P.J.	17.906,34
TOTAL	19.856,34

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	122,00
Água e Saneamento	560,98
Assinatura SKY	258,27
Assistência Contabil	1.586,00
Aluguel de Imóveis	698,44
Adiantamento a Funcionários	1.356,00
Combustível	1.497,46
Condomínio	546,00
Condução	85,85
Contribuição Fenafisco	3.331,89
Cópias e Autenticações	41,94
Correios	950,25
Despesa C/Floricultura	150,00
Despesas C/Estacionamento	330,00
Despesas C/Veiculos	20,00
Energia	3.263,40
Instalações	632,90
IPTU	1.750,57
IPVA	548,12
Jornais e Revistas	945,00
Material de Consumo	805,78
Material de Escritório	2.336,35
Reembolso Despesas/Viagens	1.480,39
Repasso COOPFISCO	60,00
Telefone	3.425,69
TOTAL	26.783,28

DESPESAS C/MOBILIZAÇÃO SINDICAL

Aluguel Cadeiras/Mesas	0,00
Aluguel de Veiculos	0,00
Combustível	0,00
Despesas C/Propagando/Publicações	0,00
Despesas C/Pedágio	0,00
Despesa C/Sonorização de Eventos	0,00
Material de Escritório	0,00
Refeições/Lanches	0,00
Revelações Fotográficas	0,00
TOTAL	0,00

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	657,78
TOTAL	657,78

Saldo Banco/Caixa



Banestes Cta 1.703.701	3.262,49
Banestes Cta 1.702.554	162,10
Banestes Cta 6.193.023	1.903,25
Banestes Aplic.	151.000,76
Titulo Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.980,00
TOTAL	170.440,47

TOTAL	276.303,52
--------------	-------------------

Vitória-ES, 30 de Abril de 2006

Moacyr Edson de Angelo

Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória-ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Saldo anterior



Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	3.262,49
Banestes Cta 6.193.023	1.903,25
Banestes Aplic.	151.000,76
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.980,00

TOTAL 170.440,47

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados	1.701,17
Receita Efetiva	81.780,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.833,28

TOTAL 85.314,45

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

COOPFISCO	3.943,33
Imóveis	9.535,03

TOTAL 13.478,36

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	8.131,82
F.G.T.S.	2.334,75

TOTAL 10.466,57

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/ Salários	3.581,25
PIS S/Salários	236,81

TOTAL 3.818,06

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	1.273,43
--------------------	----------

Contribuição Sindical	80,00
Salários	12.570,76
Vale Transporte	958,00
Vale Refeição	2.994,80

TOTAL 17.876,99

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados - P.F.	370,00
Serviços Prestados - P.J.	14.506,02

TOTAL 14.876,02

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	35,51
Água e Saneamento	308,07
Assinatura SKY	149,33
Aluguel de Imóveis	698,68
Adiantamento a Funcionários	600,00
Combustível	1.365,19
Condomínio	522,00
Condução	85,06
Contribuição Fenafisco	3.179,00
Cópias e Autenticações	29,05
Correios	2.347,25
Despesa C/Floricultura	156,42
Despesas C/Estacionamento	340,00
Despesas C/Veículos	693,00
Despesas Diversas	276,51
Energia	3.010,47
Instalações	852,15
Impostos e Taxas Depart. Jurídico	100,00
Jornais e Revistas	245,00
Material de Consumo	554,55
Material de Escritório	931,29
Material de Higiene/Limpeza	400,62
Reembolso Despesas/Viagens	133,85
Repasso COOPFISCO	60,00

Refeições/Lanches	178,32
Telefone	3.823,28

TOTAL 21.074,60

DESPESAS MOBILIZAÇÃO SINDICAL

Aluguel de Cadeiras/Mesas	0,00
Aluguel de Veículos	0,00
Despesas C/Pedágios	0,00
Despesas C/Propaganda/Publicações	0,00
Despesa C/Sonorização de Eventos	0,00
Material de Escritório	0,00
Refeições/Lanches	0,00

TOTAL 0,00

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	650,33
--------------------	--------

TOTAL 650,33

Saldo Banco/Caixa



Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	4.664,59
Banestes Cta 6.193.023	1.741,39
Banestes Aplic.	152.834,04
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.980,00

TOTAL 173.513,99

TOTAL 255.754,92

Vitória-ES, 31 de Maio de 2006

Moacyr Edson de Angelo

Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória-ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Coopfisco oferece mais vantagens para associados

Boa notícia para quem está precisando de um empréstimo.

A Coopfisco oferece as menores taxas do mercado.

TAXA DE EMPRÉSTIMOS PARA ASSOCIADOS

Empréstimos até 12 vezes	1,85% ao mês
Empréstimos de 13 a 24 meses	2,15% ao mês
Empréstimos de 25 a 36 meses	2,45% ao mês

Veja como ficam suas parcelas de empréstimo na COOPFISCO

SIMULAÇÃO DE EMPRÉSTIMO

Para pegar R\$ 1.000,00
Em 12 meses
Parcelas de R\$ 96,08
Valor total R\$ 1.152,96

Para pegar R\$ 5.000,00
Em 12 meses
Parcelas de R\$ 472,12
Valor total R\$ 5.665,44

Para pegar R\$ 10.000,00
Em 24 meses
Parcelas de R\$ 543,04
Valor total R\$ 13.032,96

Para pegar R\$ 25.000,00
Em 36 meses
Parcelas de R\$ 1.065,00
Valor total R\$ 38.340,00

VANTAGENS

Na sua cooperativa você não paga IOF (imposto sobre operações financeiras) e nem CPMF. Não é cobrada a despesa de DOC/TED para depósito de empréstimo.

E ainda tudo o que você paga de juros recebe em forma de sobras (correção de capital integralizado), de acordo com as operações que houver realizado com a COOPFISCO durante o exercício.

Obs.: já inclusos: Tac: taxa de abertura de crédito e Seguro: prestamista

Um dom que é privilégio de poucos

Natural do interior do estado no município de Mimoso do Sul, Simão Ítala Filho nasceu no dia 16 de agosto de 1938. Começou sua carreira no Estado em 1964, trabalhou nos postos fiscais de Santa Cruz, Mimoso do Sul, Cachoeiro do Itapemirim, Fundão e Campinho.

A música já fazia parte da vida de Simão antes mesmo de tornar-se fiscal. Ela o acompanha durante todo este período nos postos fiscais onde trabalhou. Simão conta que não sofreu influência de nenhum dos seus familiares. Autodidata assumido, o fiscal revela que antes de ter sido persuadido pelo piano, o mesmo se aventurou em outros instrumentos, como: acordeon, violino e gaita.

No entanto, Simão só descobriu aos 48 anos de idade, que a música poderia deixar de ser apenas um passatempo. O fiscal percebeu que por meio dela, tinha condições de gerar renda. “No início levei o negócio na brincadeira, depois começaram a surgir convites e o negócio virou sério”, relata o músico.

Nestes 20 anos de carreira, Simão teve a oportunidade de tocar em vários hotéis reconhecidos da Grande Vitória. Sempre teve preferência em tocar sozinho, porque segundo ele, a maioria dos músicos não cumprem verdadeiramente com suas funções. “Antes sozinho do que mal acompanhado”, completa o pianista.

Para o pianista, a música incentiva a poesia, o romantismo, a dedicação e a paixão. Ele conta que a inspiração de cada melodia é uma terapia completa, “Quando estou tocando, me

desligo do mundo e de tudo quanto é problema”, confessa Simão. O estilo musical que o pianista tem preferência são a Bossa Nova e a Música Popular Brasileira.

Nestes anos de carreira, Simão relata algumas histórias marcantes e um tanto quanto cômicas também. O músico conta que certa vez, quando estava prestando serviço no interior do estado, foi convidado para tocar e animar um funeral. Sem fazer nenhuma restrição, aceitou o convite inusitado.

A música também é um forte aliado para combater a timidez. Aparentemente o pianista não transmite sofrer com este tipo de problema, mas foi através do piano que ele despertou o interesse do amor de sua vida: Marli Altoé.

“Eu tenho tanto pra lhe falar, mas com palavras não sei dizer, como é grande o meu amor por você”, já declarava o rei Roberto Carlos no verso de uma de suas românticas canções. Da mesma forma que a música do rei virou sucesso em sua carreira, para Simão não aconteceu diferente.

No dedilhar de cada nota, escondido pela cauda do piano, Simão observava cada reação de Marli. Enquanto vencia o acanhamento já ini-



Simão em uma apresentação na Costa do Sauípe - BA

ciava outra canção para fazer o pedido de namoro, só que desta vez com a ajuda do mestre Vinícius de Moraes, “Se você quer ser minha namorada. Ah, que linda namorada você poderia ser”.

E na hora da despedida, Simão declarou seu amor eterno para Marli, com “Eu sei que vou te amar” de Tom Jobim. E foi assim, durante uma mesma noite, apostando na eficácia do seu talento, que o pianista se declarou para a amada e que com ela vive até hoje.

Para quem considerava o piano como um objeto de distração, Simão hoje se destaca como um empreendedor musical, pois dedica grande parte do seu tempo à música. Hoje ele possui 8 CD's instrumental à venda no mercado, que estão sendo distribuídos até internacionalmente.

Do Espírito Santo para o mundo Simão irradia sua alegria através de suas belas músicas.

Festa para as Mães do Fisco

Flores, boa música, poesia, coquetel e presentes. Foi neste cenário que o Sindifiscal homenageou as Mães do Fisco na festa que aconteceu no dia 06 de maio, na sede social de Vila Velha.

O local foi decorado especialmente para receber as homenageadas e a música ficou por conta dos colegas Simão Ítala e Walter Nogueira. Para completar o clima especial, a leitura da poesia Ave Maria de Valcema Rodrigues, emocionou as presentes.

Logo após o presidente do Sindifiscal, Júlio César Muniz, agradeceu a presença de todas e exaltou a disposição das mães de Cachoeiro do Itapemirim, que eram a maioria na festa. Com muita expectativa e descontração as mães participaram do sorteio que contemplou a todas.

Quem participou da festa aprovou a iniciativa e já garantiu presença no próximo ano.

A diretoria do Sindifiscal agradece aos colaboradores que prestigiaram a festa oferecendo prêmios: Deputado Estadual Cláudio Thiago, Oficina de Letras, Gráfica Artgraf, Coopfisco, Banestes, Unimed, Massoterapeuta Nair, Instituto de Beleza Mutari e aos colegas Lenita Ana Denadai, proprietária da Loja Anna Brunoro e Ricardo Sobreira proprietário da Fazenda Rico Caipira fabricante de iogurtes.



Mães do Fisco recebendo os prêmios durante o sorteio



“Presente na história, guardado na memória”

Jair Gomes da Silva ingressou no Estado no ano de 1965 como escriturário - datilógrafo. Aos poucos alcançou outros cargos e em 1976 prestou concurso público. Foi aprovado e nomeado para o cargo de Fiscal de Tributos Estaduais.

Antes mesmo de se tornar um servidor público efetivo ele assumiu várias funções de confiança na própria Secretaria de Estado da Fazenda. Jair ocupou cargo de auxiliar e Chefe de Gabinete do Secretário.

Foi o Coordenador do Projeto JUCAPIXABA um dos mais importantes da campanha de conscientização dos contribuintes para emissão de Notas Fiscais - ganhador do prêmio TOP DE MARKETING - reconhecido entre as cem melhores empresas que desenvolveram trabalho de repercussão nacional, em suas respectivas áreas.

O objetivo do projeto era de recolher nota fiscal em troca de figurinhas, que poderiam ser colecionadas em um álbum. Depois de completar o álbum, o contribuinte adquiria um número que o possibilitava concorrer a vários prêmios. A campanha teve ampla divulgação em jornal, rádio e televisão foi realizada no governo de Eurico Rezende e Orestes Secomandi Soneghetti como Secretário de Estado da Fazenda.

Atuando como Subsecretário de Estado da Fazenda no governo de Eurico Rezende, implantou o protocolo único da SEFAZ, através da portaria 113-N, acabando com o descontrole de processos administrativos - fiscais, onde se usava vários números no mesmo processo, dificultando o controle de tramitação, dentre outros trabalhos importantes para o Estado.

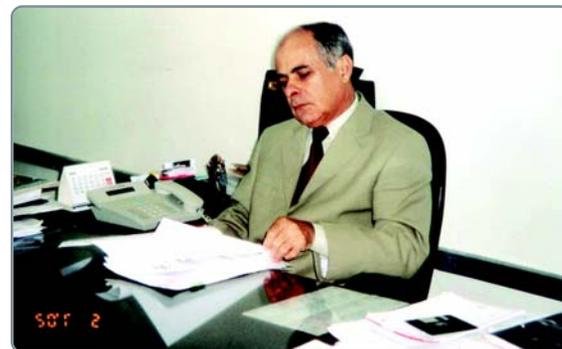
Quando assumiu o cargo de Diretor do Departamento de Fiscalização na gestão do Governador Gerson Camata, junto com Vandir de Souza na Coordenação de Administração Tributária - servidor de grande relevância para a classe fiscal e que até hoje participa efetivamente das decisões importantes para a classe - implementou o sistema de produtividade fiscal em duas

etapas: uma individual e outra coletiva. Trouxe mudança salarial significativa, atendendo assim reivindicação antiga do FISCO

“Introduzimos mudanças no documento de arrecadação acabando com a prática de falsificação, especialmente no transporte de café para fora do Estado, além da implantação do controle de produção de café do Estado e ingresso do produto de outros Estados”, relata Jair.

Implantou também o sistema de controle de gado bovino, através de cadastro em cada fazenda. Depois o acompanhamento da evolução do rebanho vinculado à vacinação, proporcionando assim maior e melhor fiscalização.

Jair foi diretor Administrativo e Financeiro do DETRAN onde implantou o plano de cargos e salários



Jair Gomes como subsecretário da Fazenda

Modificou o sistema tributário estadual com a implantação da Lei Nº 7.000 regulamentada pelo Decreto 1090-R que consolidou toda a legislação tributária, que vinha sendo tratada com textos dispersos desde 1974 o que criava dificuldades para os usuários. Dentre as mudanças houve redução significativa das multas consideradas exorbitantes. Retirando, ainda, dispositivos legais que prejudicava a arrecadação com liminares de combustíveis. Trabalho executado por técnicos da SEFAZ, sem custo adicional.

Mudou o sistema de cobrança de ICMS sobre energia elétrica com a base de cálculo sobre o faturamento e não recebimento, medida que obteve um aumento significativo na arrecadação. Reduziu os prazos de recolhimento de ICMS sobre energia elétrica e telefonia de 30 para 15 dias.

Implantou o sistema de substituição tributária sobre peças de veículos com pagamento antecipado na fronteira atendendo reivindicação dos empresários que já se arrastava por muitos anos. Criou a expedição de Certidão Negativa de Débito pela internet.

Modificou a cobrança de ICMS de microempresa, criando várias faixas de contribuição e reduzindo a burocracia. Organizou a Corregedoria Fazendária para agilizar a sindicância e apuração dos processos-administrativos.

Teve participação efetiva no primeiro e segundo Concurso Público para ingresso de novos Auditores e Auxiliares Fazendários. Foi decisivo no aumento do valor do ponto da produtividade fiscal de R\$0,34 para R\$0,44. O FISCO não tinha aumento há mais de 10 anos.

Providenciou documentário histórico da SEFAZ desde a sua criação, homenageando personagens que prestaram relevantes serviços ao Estado, como, também, mostrou aos contribuintes o crescimento tecnológico do Órgão, na fiscalização e arrecadação de tributos estaduais.

Representou o Estado na COTEPE e no CONFAZ, foi membro do Conselho do BANDES e do DERTES.

Mesmo depois da aposentadoria Jair exerce em seu escritório com o filho a função de consultor.

Deixa uma mensagem aos colegas: “Como dirigente de órgão público procurei cumprir a lei, respeitando o ser humano e defendendo os interesses da classe usando o bom senso. Certo de que cargo de confiança é passageiro e que devemos aproveitá-lo para aperfeiçoar a instituição que pertencemos, visando a um futuro digno e melhor.”

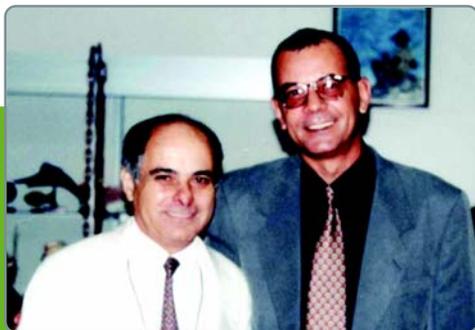


para o quadro efetivo e comissionado reduzindo a injustiça salarial. Aumentou a participação do Órgão de 10% para 50% na arrecadação das taxas o que propiciou recursos suficientes para seu crescimento Desvinculou a cobrança das multas dos boletos de pagamento do IPVA o que trouxe um aumento substancial na arrecadação.

Como subsecretário de Estado da Receita no Governo de José Ignacio Ferreira, com o apoio do então Secretário João Luiz de Menezes Tovar resgatou a dignidade dos servidores da Secretaria de Estado Fazenda, interrompida desde o governo de Vitor Buaiz. “Nesta época fomos subordinados a pessoas incompetentes e sem compromisso com a Secretaria e a classe fiscal. Nomeamos servidores do quadro da SEFAZ levando-se em consideração a competência, seriedade e compromisso com a coisa pública, sem interferência política,” expõe o Auditor.

Atuando na Subsecretaria, restaurou a Vara da Fazenda Pública Estadual que foi desativada em governos anteriores. Modificou o quadro comissionado da SEFAZ, extinguindo cargos desnecessários e implantando nova metodologia de administração.

Instalou a Agência da Receita Estadual de Vitória em local adequado, sem custo para o Estado, nas dependências do BANESTES da Rua Duque de Caxias, que era uma reivindicação antiga dos servidores e dos contribuintes.



Jair Gomes e Júlio César Muniz, no Seminário Internacional de Fiscalização Tributária, em 1999

III PLENAFISCO

No período de 07 a 11 de agosto será realizada a terceira edição da Plenária Nacional do Fisco Estadual na cidade de Gramado – RS. A III Plenafisco vai discutir a nova Administração Tributária nacional, o modelo de Estado que temos e o que queremos, as funções e a carreira fiscal tributária de Estado e o futuro do ICMS/IVA no Brasil.



O evento tem caráter internacional e conta com a participação de autoridades e especialistas da área tributária de diferentes locais do mundo.

Promovido pela FENAFISCO, SINTAF/RS e sindicatos filiados, A III Plenária Nacional do Fisco Estadual vai além de um encontro de classe. É uma visão, um grande passo em direção à implementação real e palpável da Administração Tributária no País.

Durante o evento estarão sendo fixados os alicerces desta nova consciência, que pretende redesenhar os rumos da sociedade brasileira a partir de uma Administração Tributária pública, profissional, voltada para o bem-comum.

É tempo de mudança. E estamos convictos de que você fará a diferença. Participe!

As inscrições para a III Plenafisco vão de 24 de abril à 10 de julho. Maiores informações sobre o evento e pacotes de hospedagem podem ser acessadas no site www.plenafisco.com.br.

O valor da taxa de inscrição é de R\$ 200,00 (duzentos reais), sendo que dela estarão ISENTOS os filiados dos sindicatos que compõem a FENAFISCO.

Site do Sindifiscal

Nosso site está passando por algumas mudanças para melhor atender o público. As notícias do Fisco a nível nacional, estadual e da diretoria são atualizadas diariamente, o espaço destinado à Memórias e Talentos também estão sendo aprimorados. E buscando complementar nosso espaço cybernético, estamos abrindo a oportunidade de interagir com o público. O associado poderá participar através da publicação de artigos na sessão da Imprensa. Os interessados devem enviar o material para o e-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br.

Visite o site e confira o que o seu Sindicato está expondo para você.



- IN**
- ☺ A decisão do supremo pela irredutibilidade dos salários.
 - ☺ A aprovação do relatório da CPI dos bingos. Tá mais do que na hora da vassourada. São pedidos os indiciamentos de 83 pessoas físicas e jurídicas.
 - ☺ A participação e interesse dos colegas do interior, nas regionais de Cachoeiro, Colatina e Linhares, nas reuniões com a diretoria do sindicato, no mês de junho.
 - ☺ Lançamento do livro GEMAGEM de autoria do Auditor Fiscal Marcos Tavares.
 - ☺ O grande número de aposentados e pensionistas beneficiados pelo subsídio. Distorções existentes foram parcialmente corrigidas, entre ativos e inativos e entre pensionistas e inativos.
 - ☺ A capacidade de mobilização do diretor Délio Castelo junto aos associados de Cachoeiro. É o velho guerreiro em ação.
 - ☺ A participação maciça dos aposentados do fisco brasileiro, no Encontro de Caldas Novas. O fisco capixaba se fez representar pelo colega Ismail Camargo.
 - ☺ A filiação de 150 pensionistas.

- OUT**
- ☹ A possível continuação do companheiro Lula
 - ☹ A reforma sindical proposta pelo “bravo” professor Lula: enfraquece as entidades, engorda as centrais e o grande beneficiado é ele!!!
 - ☹ A violência. Até quando a fina flor da bandidagem vai ditar normas e inverter valores? Nossas autoridades estão parecendo escoceses (de saias), com todo respeito a eles.
 - ☹ A nossa falta de opção nas eleições presidenciais que se aproximam.
 - ☹ A câmara federal inocentou praticamente todos os afanadores do dinheiro público. Isto não é corporativismo; é formação de quadrilha.
 - ☹ É com grande pesar que o Sindifiscal comunica os falecimentos: MANCILIO BITTENCOURT DOS SANTOS - 15/04/06; ANTONIO HUGO MARREIRO DE AZEVEDO; CLAUDIANO RODRIGUES SALLES – 27/05/06; GEORGE EDWARD BURNS – 26/05/2006; MARIA DA PENHA A. CORREA 31/05/2006 (pensionista).